

José Ferreira Gomes, Universidade do Porto

## Resumo

O compromisso entre um ensino superior de qualidade pelos padrões internacionais e uma capacitação profissional imediatista para o meio sócio-económico regional, poderá ser facilitado por uma formatação do sistema de graus e dos mecanismos de financiamento que estimule as instituições a responder da forma desejada.

Reconhecida a dificuldade de satisfazer os dois objectivos simultaneamente, poderão conceber-se duas alternativas: (i) a especialização das instituições em perfis mais ou menos profissionalizantes e (ii) um sistema de educação liberal no sentido americano acompanhado por módulos relativamente curtos e fortemente profissionalizantes. A primeira opção poderá corresponder ao sistema binário que foi introduzido em Portugal pela criação dos institutos politécnicos com certo êxito mas sem evitar fortes tensões e alguma confusão entre os dois sub-sistemas. A segunda opção não tem tanta tradição entre nós e só poderia ser implementada através de fortes estímulos às instituições. A diferenciação institucional (que é tradicional nos Estados Unidos) será sempre necessária e está a ser estimulada em toda a Europa quer se adoptem sistemas unitários quer se prefiram sistemas binários.

Na área de investigação, terão de se criar estímulos para a profissionalização efectiva de todos os docentes do ensino superior envolvendo-os em algum tipo de actividade de investigação em paralelo com a sua actividade docente. (A hipótese de termos instituições apenas de ensino no regime dos *Community Colleges* americanos ou do *Colleges of Further Education* britânicos poderá ser considerada mas não terá grande expressão imediata entre nós.) Contudo, não poderá ser muito aumentado o sistema de investigação fundamental que actualmente é financiada pela Fundação para Ciência e a Tecnologia. De facto, há alguns sinais de stress financeiro embora a despesa pública com a investigação não esteja muito aquém dos índices de outros países da União. Isto significa que teremos de encontrar outros modelos de financiamento e outros objectivos da actividade de investigação. Alguns países estão a separar mais claramente o que podemos chamar I&D (fundamental) da transferência de tecnologia e inovação, TT&In. Esta última terá mais impacto a nível regional e poderá atrair o interesse e o financiamento dos agentes económicos.

A mobilidade apoiada pelo programa Sócrates-Erasmus é aproveitada por menos de 10% dos nossos graduados, uma taxa um pouco abaixo da observada noutros países. Sem financiamento acrescido, não parece previsível que venha a ter um impacto muito superior ao actual. O problema que teremos de encarar é o de adaptar este modelo de mobilidade ao futuro sistema de graus mais curtos. Já hoje, os Britânicos têm alguma dificuldade em conjugar a mobilidade com os seus graus de *Bachelor* de três anos. Não irão surgir problemas do mesmo tipo noutros países, se forem apontados objectivos exigentes aos futuros graduados? Por outro lado, a mobilidade inter-grau, *Bachelor-Master* e *Master-Doutor* irá previsivelmente tornar-se muito significativa e as instituições terão de se preparar para essa nova realidade. Esta preparação passará provavelmente pela criação de alianças ou de redes entre instituições que assumam missões diferenciadas e que queiram oferecer aos seus estudantes oportunidades de percurso formativo mais rico do que aquele que uma única instituição poderia oferecer.

(i) Educação liberal e educação profissionalizante.

É necessário introduzir no sistema português de ensino superior e de investigação estímulos mais claros à diferenciação quer do ensino quer da investigação. Na área de ensino, a convivência entre uma educação liberal e a preparação para uma profissão (que jovens e empresários reclamam) tem de ser rapidamente assumida como objectivo central. Na área de investigação, a convivência entre uma investigação de impacto internacional e uma actividade que contribua para a inovação nas nossas organizações e treine os estudantes num espírito inovador é um objectivo urgente.

(ii) Novos desafios da mobilidade estudantil.

Os sistemas de ensino superior exclusivamente nacionais parece estarem no seu ocaso. A construção europeia e a inelutável globalização exigem outro tipo de educação e os jovens começam a procurar percursos educativos mais complexos e personalizados. Um número crescente de europeus procuram o ensino superior de outro país europeu para todo ou parte do seu percurso educativo. Enquanto a mobilidade do tipo Sócrates-Erasmus está bem estabilizada mas parece ter-se esgotado como modelo, desenha-se no horizonte uma ampla mobilidade entre os graus de *Bachelor-Master* e Doutor. É a altura de as nossas instituições de ensino superior se prepararem para este novo desafio de modo a que a sua erupção não cause danos mais graves.

**Espaço Europeu de Educação e Formação: Sistemas diferentes, objectivos comuns para 2010**  
**Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 14.Mar.03**

**2ª Mesa Redonda: Abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação**

*“Tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social”*  
(Conselho Europeu de Lisboa, Mar.2000)

A sociedade reclama a necessidade de o ensino superior se aproximar da sociedade envolvente e não parece haver do lado das instituições uma estratégia de resposta a este desafio ou de defesa da posição sua tradicional. É conhecida a afirmação do recentemente falecido patrão da FIAT, Giovanni Agnelli, de que à universidade devia ser pedido a educação básica e a preparação dos jovens para aprenderem ao longo da sua vida profissional; para a aprendizagem profissional as empresas saberiam como fazê-lo e de forma mais eficaz e eficiente. Mas Giovanni Agnelli não se referia à sociedade portuguesa e caberá às instituições portuguesas encontrar o lugar de equilíbrio entre a profissionalização dos seus estudantes e a oferta de uma educação básica sólida e flexível. Do lado do ensino superior, temos de confessar que este equilíbrio se mantém latente. A consolidação institucional dos últimos decénios levou muitos perfis de formação a afastarem-se do percurso profissionalizante que era mais comum. Reconhecida a impossibilidade de comprimir no período normal de graduação o conjunto de saberes e de competências associados a uma dada disciplina e a grande diversidade de percursos profissionais que esperam o licenciado, optou-se em geral por uma formação mais ampla de competências e menos de capacitação para o exercício profissional imediato. Não fizemos mais do que seguir a tendência geral mas o conflito registado acima mantém-se! Como poderemos manter e melhorar uma educação superior de nível internacional e, ao mesmo tempo, capacitar os estudantes para o exercício imediato de uma profissão?

O necessário ajuste do nosso sistema de ensino superior ao processo de Bolonha dá uma excelente oportunidade para serem introduzidos os estímulos para que o sistema responda a este difícil desafio.

**Reestruturação do ensino e do sistema de financiamento público da investigação (#3.2)**

As instituições de ensino superior portuguesas tem sido acusadas de se manterem na sua Torre de Marfim! Ainda que a crítica seja incorrecta, ela assinala a percepção social de que o notável desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos últimos anos não terá conseguido manter o seu impacto social e é visto mais como factor do que como remédio do nosso atraso sócio-económico.

Não há indicadores de que os nossos graduados pelas instituições de referência fiquem aquém dos seus colegas de muitas instituições europeias. Mas todos os países estão a redesenhar os seus sistemas de ensino superior no sentido de os tornar mais eficazes e teremos por isso de trabalhar duramente para conseguir melhorar o nosso.

A nossa produtividade científica cresceu nos últimos anos a um ritmo superior ao de qualquer outro país da OCDE, mas é ainda baixa. Não podemos assim abandonar o forte estímulo que lhe tem sido dado. Temos de garantir que muitos dos nossos melhores jovens encontram na investigação de nível internacional um desafio que valha a sua dedicação. Contudo, reconhece-se também o nosso grande atraso na capacidade de inovação e o ensino superior terá de dar apoio quer na transferência de tecnologia e inovação (TT & In), quer na

preparação dos seus estudantes para assumirem um papel importante na inovação das empresas e serviços.

Não parece haver soluções “chave na mão” para estes problemas pelo que teremos de ser imaginativos para orientar o nosso sistema de modo a dar melhor resposta nestas áreas. A reestruturação estimulada pelo processo de Bolonha poderá dar-nos uma oportunidade para definirmos claramente objectivos nesta área e procurar construir mecanismos para os perseguir. Se conseguirmos criar mecanismos de estímulo pelo lado do financiamento, estamos certos de que a resposta das instituições será rápida. A dificuldade está em construir os indicadores apropriados aos objectivos apontados, mas teremos de tentar. Do lado da investigação, muitos países estão a reorganizar os seus sistemas de financiamento público de modo a diferenciar o que é investigação reconhecida internacionalmente pelo sistema de publicação com avaliação prévia do que é transferência de tecnologia e inovação. Esta última componente é de grande importância para a economia da região de inserção da instituição e para a formação que pode dar aos estudantes. Será que um caminho deste tipo consegue também melhorar a imagem pública do ensino superior?

### **Mobilidade (#3.4)**

As instituições de ensino superior portuguesas têm de focar-se na qualidade da educação que prestam aos seus estudantes e, em particular, ao contributo que a mobilidade pode dar para a sua educação presente e para as suas oportunidades futuras. Parece necessário que, em muitos casos, esta clarificação de objectivos seja feita como ponto de partida para a definição de uma política de internacionalização da educação que é oferecida. Se ao nível da pós-graduação, as ligações estabelecidas entre os investigadores serão sempre o ponto de partida para a mobilidade por períodos curtos, já ao nível da graduação as relações institucionais devem desempenhar um papel central. A utilização do programa Socrates-Erasmus ou a sua re-formatação futura devem ser considerados nestas perspectivas mais amplas.

É previsível que no quadro da generalização do modelo bi-cíclico (*Bachelor-Master*) de Bolonha o modelo de mobilidade estudantil se modifique. Com ciclos mais curtos e com processos de avaliação de resultados mais exigente, é previsível que aumente a pressão para que as instituições cumpram objectivos assumidos e a mobilidade terá de ser aí mais bem integrada do que o é actualmente. (O Reino Unido sente já hoje este tipo de dificuldade.) As instituições terão de antecipar e preparar esta transição.

Um dos objectivos do processo de Bolonha é o aumento da flexibilidade do percurso educativo do jovem e da sua mobilidade entre linhas educativas e entre instituições. Na transição *Bachelor/Master* e na transição *Master/Doutor*, esta pressão para a mobilidade irá sentir-se de forma cada vez mais aguda. Já hoje se assiste a um crescimento do número de estudantes que seguem os seus estudos num país diferente do seu país de origem e parece seguro que esta tendência se confirme nos próximos anos. Se comparamos com países como o Reino Unido ou os Estados Unidos poderemos prever que se acentuará a tendência para que o jovem inicie os seus estudos (*Bachelor*) o mais perto possível da sua residência mas vá depois procurar a formação avançada ou a profissionalização na instituição que lhe pareça mais ajustada aos seus objectivos independentemente da sua localização. Estarão as nossas instituições preparadas para esta evolução? Como poderemos re-desenhar o nosso ensino superior de maneira a (i) servir um público estudantil cada vez mais alagado, (ii) preparar melhor os nossos jovens para os desafios da profissionalização e da sua evolução profissional ao longo da vida e (iii) garantir que o balanço de recepção/emissão de estudantes de/para o estrangeiro se mantém equilibrado?

#### **Alguns tópicos a desenvolver sobre a construção do espaço europeu de educação e formação:**

Objectivos europeus:

1. Consolidar o espaço sócio-económico europeu
2. Aumentar a competitividade da Europa na sociedade global

Objectivos portugueses:

1. Aumentar o impacto português no espaço europeu
2. Melhor a posição portuguesa em termos competitivos no quadro europeu

Estratégias portuguesas específicas ao sector da educação:

1. Manter a competitividade em relação ao resto da Europa sem inibir a abertura progressiva

2. Oferecer perfis de educação inicial e ao longo da vida apropriados aos jovens e adultos, quer portugueses quer estrangeiros
3. Criar ambientes educativos que respondam às necessidades da região, do país, da Europa e do resto do mundo

- Mundo exterior regional, nacional ou europeu?
- Contradição entre a universidade, universo dos conhecimentos universais, e o pedido de impacto local, focado.
- Solicitações diversas dos jovens em busca de educação superior.
- Especialização das instituições ou convivência de “vocações” diferentes, impacto na educação e nos serviços de I+D+Inov prestados
- Sistemas unitários vs. sistemas binários, etc
- Sistema de apoio à investigação e à inovação: I+D+Inov
  - O estado comprador da investigação;
  - O estado facilitador do acesso das empresas à capacidade de inovação do ensino superior
- Sistemas de avaliação das instituições.
- Educação inicial e educação ao longo da vida.
- Como reconverter instituições de educação inicial para a educação ao longo da vida.
- Reversão pedagógica e papel do e-learning em residência ou a distância.
- Educação “liberal” ou educação profissionalizante?
  - Complemento de formação profissional: um mestrado profissional como pós-graduação não conferente de grau.
- Mobilidade intra-ciclo e inter-ciclo.
  - Será o modelo Erasmus compatível com um primeiro ciclo mais curto?
  - Haverá desequilíbrios na balança de mobilidade inter-ciclos?
  - Papel da educação formal na divulgação dos valores fundamentais partilhados pelas sociedades europeias.
- Discriminação económica no acesso à educação superior.
  - Viabilidade da educação universal gratuita.
  - Impacto dos sistemas de propinas com ou sem sistema de empréstimos
  - Porque não um ciclo inicial (3 anos) gratuito e universal seguido de um segundo ciclo a custos reais com sistema de empréstimos?